

LIBERDADE EM ESCOLAS DEMOCRÁTICAS: O CASO DO ENSINO DE CIÊNCIAS NA EMEF “DESEMBARGADOR AMORIM LIMA”ⁱ

Silvana Duarte Bezerra¹, Cristina Leite²

¹Universidade de São Paulo, Instituto de Física, palavrassemcor@gmail.com

²Universidade de São Paulo, Instituto de Física, crismilk@if.usp.br

Introdução

O *porquê* e o *para que* ser professor são indagações importantes para o exercício da função, no entanto, é o *como* e o *onde* ser professor que centralizam nosso trabalho em uma formação escolar específica, aquela que se realiza nas *escolas democráticas*, onde se assume como pressuposto que - assim como acontece na sociedade democrática - a democracia e a liberdade devem reger as interações dentro da instituição com o objetivo de preparar o aluno para uma vida mais autoral fora dos muros da escola. Assim, todos participam da gestão escolar e o aluno é quem tem a autonomia e a responsabilidade de gerir seu currículo.

Um breve histórico das escolas democráticas

A escola russa *Yasnaia-Poliana*, criada por volta de 1860 por Leon Tolstói é considerada a primeira experiência democrática. Influenciado por seu ideal socialista, Tolstói fundou a escola em sua propriedade e nela recebia os filhos dos camponeses, era ele quem iniciava as crianças nas diversas áreas do conhecimento, só posteriormente contratou professores. O espaço era aberto para que as pessoas pudessem entrar e sair quando quisessem, e também para que participassem das discussões que lhe interessassem.

No início de 1920 surgiu a escola democrática *Summerhill*, inglesa, criada pelo escocês Alexander Neill. Existe até hoje e é a principal referência de escola nesse segmento que conhecemos, uma vez que Neill escreveu e publicou bastante a respeito dessa perspectiva de escola. Para ele, os professores, funcionários e estudantes deveriam ter o mesmo peso nas decisões e as crianças não deveriam ser obrigadas a freqüentar as aulas; a escola deveria se voltar para a construção da felicidade. Hoje, a escola é administrada por sua filha, Zoe Readhead, e tem 73 alunos.

Em Israel, no ano de 1987 o psicólogo e educador Yaacov Hecht fundou a primeira escola democrática do país. Yaacov criou o programa *Schools Experiencing Democracy*, que hoje tem cerca de 150 escolas, e esse esforço ocorre predominantemente em áreas de periferia. Para dar suporte a esse modelo criou, em 2001, a primeira faculdade de educação democrática, que já formou cerca de 200 educadores. Coordenou a criação do *Instituto para Educação Democrática*, em 1990, com o objetivo de não só difundir a educação democrática como também criar um intercâmbio internacional de escolas democráticas.

Foi criada em 2006, a *Comissão Européia de Educação Democrática*, a partir da qual se estimou a existência de 80 escolas desse segmento em todo o continente europeu. Nos Estados Unidos existem 83 escolas, embora prevaleça o ensino pago. Na Coreia cerca de 10 escolas se intitulam como democráticas. Na Austrália a *Currambena Primary School* está em atividade desde 1969.

O educador José Pacheco, idealizador da escola democrática mais famosa no contexto português, a *Escola da Ponte*, costuma dizer que a educação nessa escola se

dá através da relação “um pra um”, ou seja, cada ser humano é único e irrepitível, assim como o seu desenvolvimento o é. Desta forma, a aprendizagem centra-se na relação, que é “simultaneamente cognitiva, afetiva, estética, emocional e sociomoral” (PACHECO, 2009, apud HARTT, 2009, p.40) o que torna as relações únicas. A Escola da Ponte faz parte da rede pública e há cerca de 30 anos implementou seu projeto democrático. A prática nessa escola não se prende a um único modelo, mas a diversas práticas de ensino, na tentativa de fugir do fundamentalismo pedagógico ou, o que é pior, na visão de Pacheco, da cristalização de modelos que podem tornar a escola democrática tão obsoleta quanto as demais instituições escolares. Aqui, a essência do papel do professor é “*ser um promotor da educação, na medida em que é chamado a coorientar o percurso educativo de cada aluno e a apoiar os seus processos de aprendizagem. Acompanha o percurso do aluno na construção do seu projeto de vida, tendo consciência da singularidade que lhe é inerente.*” (PACHECO, 2009, apud HARTT, 2009, p.40). Quanto às avaliações, na Escola da Ponte o aluno avalia-se quando deseja, ele partilha as suas descobertas. Pacheco afirma que:

Na dita escola tradicional, os rituais a que se dão o nome de prova (e que nada provam) são meros exercícios de violência simbólica. E as classificações que neles se baseiam são, também, tão pouco rigorosas quanto inúteis. Por essa razão, não afixamos classificações que comparam alunos. (PACHECO, 2009, apud HARTT, 2009, p.41).

O Brasil entra nesse cenário mundial começando com a existência de cerca de 80 escolas indígenas que estão organizadas nesses moldes na Amazônia. Essas escolas são as mais radicais, estão totalmente ligadas à cultura das comunidades indígenas.

Em 1996, com a criação da LDB tornou-se permitido a criação de escolas com essa estrutura no Brasil e elas começaram a se espalhar pelo país: em São Paulo temos a *Lumiar*, a *Multicultural* em Santa Catarina e também na Bahia; todas essas particulares. Podemos citar como exemplo de ensino público três escolas municipais: duas são de ensino fundamental, a *Desembargador Amorim Lima*, localizada no bairro Butantã, e a *Campos Sales*, no bairro Heliópolis; a terceira escola é de educação de jovens e adultos, *Centro Integrado de Educação de Jovens e Adultos*, localizada no bairro Campo Limpo. Essas escolas têm uma estrutura bem diferente da tradicional, em geral: não existem muitas salas, mas sim salões onde os alunos se reúnem em grupos e seguem os roteiros de estudos que eles mesmos escolheram (mais de um professor estão presentes nesse momento); não há provas ou não são dadas notas às atividades; a estrutura rígida da grade disciplinar vai aos poucos desaparecendo.

Hoje temos o projeto da primeira incubadora de escolas democráticas no país, a Politeia, atendendo educadores e escolas e promovendo um curso de especialização em educação democrática, tem como projeto experimental a *Escola Politeia*, também particular.

De olhos na EMEF Desembargador Amorim Lima

Diante de tamanha diversidade, estamos desenvolvendo laços mais estreitos com a EMEF Desembargador Amorim Lima, localizada na região oeste da cidade de São Paulo por ser esta uma das poucas escolas públicas, ao nosso alcance, a se intitular como *democrática*. Esse estreitamento tem se desenvolvido por meio da participação nas relações no interior da escola, desde instâncias organizativas como conselhos e reuniões, até uma participação mais particular e próxima através de conversas, entrevistas com alunos e professores.

A transformação do Projeto Político Pedagógico

A escola nasceu em 1956 e desde 1968 ocupa o endereço atual, passou por diversas modificações, mas só recebeu a atual denominação, escola democrática, em 1999. As características dessa nova denominação começam a brotar em 1996, com a chegada da, desde então, diretora da escola, Ana Elisa Siqueira. Nesse período, a escola enfrentava altos índices de evasão e, na tentativa de diminuí-los, a escola sofreu algumas modificações físicas (como a retirada de alambrados que controlavam a circulação a alguns espaços) e foi aberta à comunidade. A sala da diretora passou a ser o ponto central da mudança. Com o apoio da comunidade, a escola passou a oferecer atividades extracurriculares e os alunos começaram a freqüentá-la também fora do horário de aula.

Em 2002, através de diagnósticos feitos com os resultados de dados levantados e analisados sobre a comunidade escolar, o Conselho de Escola começou a discutir e elaborar propostas para melhorar o aprendizado e a convivência na escola. No ano seguinte voltaram sua atenção e preocupação ao fato de existir uma grande distância entre a teoria do Projeto Pedagógico e a prática que vinha ocorrendo na escola. Era necessário modificar o Projeto. Durante essa reestruturação, o Conselho conheceu a proposta da Escola da Ponte, de Portugal, e reconheceu, nesse projeto, semelhanças que favoreciam uma adequação do mesmo ao contexto da escola paulistana. No final do mesmo ano, a direção da escola formalizou as transformações que já vinham acontecendo, no pedido de aprovação da assessoria externa, encaminhado à Secretária Municipal de Educação. O pedido foi autorizado e realizado nos dois anos que se seguiram. A história contada até aqui foi escrita por pequenas e grandes transformações, que culminaram na elaboração do novo Projeto Pedagógico da Amorim Lima, que se fundamenta no objetivo de *“ascendermos todos – alunos, educadores, pais e comunidade – a graus cada vez mais elevados de elaboração cultural e a níveis cada vez mais elevados de autonomia moral e intelectual, num ambiente de respeito e solidariedade.”* (trecho retirado do site da escola).

Aprendizagem e currículo

Com o objetivo de aumentar a participação *“dos alunos no processo de aprendizagem, melhor favorecer o desenvolvimento de seus graus de autonomia e ainda, no sentido de melhor adequar o currículo objetivo aos ritmos e predisposições individuais [...]”* (trecho retirado do site da escola) esse Projeto prioriza o trabalho de pesquisa à aula expositiva, que passa a ser utilizada pontualmente. Esse trabalho é orientado pelos Roteiros Temáticos de Pesquisa, que por sua vez se apóiam nos livros didáticos de forma não seqüencial, e em geral num contexto grupal.

A aplicação do Projeto às classes de cada série foi extinta e os alunos foram divididos em grupos de cinco membros. O acompanhamento grupal e individual que os alunos recebem nas salas é complementado pela existência de tutores, que, em geral, acompanham mais de perto um grupo menor de alunos durante todo o período de permanência destes na escola. Por essa proximidade podem orientá-los mais satisfatoriamente em seus projetos individuais. O tutor também fica responsável por auxiliar os professores na valorização da auto-avaliação pelos alunos, visto sua importância no processo de construção da autonomia. O Projeto também se volta *“às mais diversas formas de manifestação expressiva do ser humano, num clima de valorização do amadurecimento das relações interpessoais sem a banalização dos afetos.”* (trecho retirado do site).

Liberdade

Tomamos como referência para guiar nosso trabalho, a concepção filosófica de *liberdade* como *possibilidade objetiva*, encontrada em pensadores marxistas e em outros

fenomenologistas e existencialistas. Essa concepção une características de duas outras visões de liberdade, anteriores a ela: uma de Aristóteles (exposta em sua obra *Ética a Nicômaco*, e suas variantes) e Sartre (séc. XX), afirmando que a liberdade “é um ato de decisão e escolha entre vários possíveis” (CHAUI, 2005, p.336); e outra de Espinosa (séc. XVII) e Hegel (séc. XIX) que afirma “que nossas escolhas são condicionadas pelas circunstâncias naturais, psíquicas e históricas em que vivemos, [...] não se trata da liberdade de querer alguma coisa e sim de fazer alguma coisa.” (CHAUI, 2005, p.336).

Introduzimos essa noção de possibilidade objetiva para deixar evidente qual é nossa postura diante da relação existente entre a liberdade e a mudança de mundo. Assim, entendemos que:

O possível não é apenas alguma coisa sentida ou percebida subjetivamente por nós, mas é também e sobretudo alguma coisa inscrita objetivamente no seio da própria necessidade, indicando que o curso de uma situação pode ser mudado por nós, em certas direções e sob certas condições. A liberdade é a capacidade para perceber tais possibilidades e o poder para realizar aquelas ações que mudam o curso das coisas, dando-lhe outra direção ou outro sentido. (CHAUI, 2005, p. 336).

Nessa perspectiva, torna-se importante que a escola promova não só a liberdade de movimento, mas principalmente a liberdade intelectual; pois é esta que dará condições ao aluno de ser autônomo e escritor tanto da sua história pessoal, quanto da história construída através da sua interação com/no mundo.

Considerações finais

Espera-se responder a algumas inquietações que suscitam dessa interação, tais como: a escola democrática pode ser um caminho possível para a formação de homens e mulheres livres para escrever e atuar na sua própria história no mundo? A democracia exercida na escola é a mesma vivenciada fora dela? Quais são as impressões dos alunos sobre esse tipo de interação escolar? Tal liberdade dá mais significado e/ou prazer à construção de conhecimento? Até o momento, foi possível perceber no Amorim Lima que ao menos a liberdade de movimento dos alunos parece ser bem diferente daquela vivenciada nas escolas tradicionais, já que o portão da escola permanece aberto durante todo o dia e não há sinal sonoro para avisar sobre o começo/término das aulas, cabendo ao aluno entrar na escola e desenvolver as atividades por ele mesmo escolhidas. Nesse contexto, o trabalho representa um momento de articulação das concepções de educação e sociedade, segundo idéias e ideais de escola, que em nossa posição, podem guiar as teorias e práticas no exercício de lecionar.

Referências bibliográficas

- CHAUI, M. A liberdade. In:_____. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ed. Ática, 2005. p. 331-340.
- HARTT, V. Dossiê: O que é democracia na escola? *Revista Educação*, São Paulo, ano 12, n. 146, p. 28-41. Jun. 2009.
- PRADO, R. Entrevista: Helena Singer – escolas que se reinventam. *Revista Carta Fundamental*, São Paulo, ano 1, n. 3, p. 6-9. Nov. 2008.
- Projeto Político Pedagógico da EMEF Desembargador Amorim Lima. Disponível em: <[http://www.amorimlima.org.br/tiki-index.php?page=Projeto Político Pedagógico](http://www.amorimlima.org.br/tiki-index.php?page=Projeto%20Político%20Pedagógico)>. Acesso em: 10 de Out. 2010.

ⁱ Projeto de Monografia.